

Cientistas sugerem mais 2 anos de debate

Texto **ARISTEU MOREIRA**

A proposta de discussão do novo Código Florestal aprovado na Câmara por mais seis meses no Senado, feita pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR) - é um avanço, mas o ideal é que o debate se prolongue no mínimo por mais dois anos antes de nova votação.

A reivindicação é dos cientistas que, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) à frente, consideram-se aliados do debate travado em torno da matéria no país. O "obscurantismo" do novo texto e a forma como ficaram definidas as áreas de preservação permanente (APP), são alguns dos motivos que os levam a renegar o projeto do relator, deputado Aldo Rabelo (PC do B-SP).

"O Código representa a volta de um obscurantismo medieval. Modificações dessa importância não poderiam excluir a inteligência, a academia e a ciência nacionais. O novo código piora muito a lei florestal brasileira", diz Antônio Donato Nobre, dos institutos nacionais de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Espaciais (INPE).

Para o professor do Departamento de Ciência do Solo da Escola Superior de Agronomia Luís de Queirós (USP), Gerd Sparovech, "a discussão foi feita à margem de fatos e evidências, com predomínio de interesses setoriais, visões pontuais e uma discussão que tem como base exemplos ao invés dos efeitos globais."

Os cientistas lamentam que os legisladores não tenham seguido o exemplo de 1965 e 1934, quando se aproveitou melhor o conhecimento científico. Donato Nobre refere-se à Academia Brasileira de Ciência (ABC) e à SBPC.

Resultado: para os cientistas, o código, aprovado com intenção de preservar as florestas brasileiras, principalmente as da Amazônia, representa "o pior do pior" para a preservação ambiental do país.

Os cientistas reconhecem pontos positivos, entre os quais o de tentar proteger a natureza e evitar que vingassem os propósitos de uma parte do setor agropecuário que tenta impor uma política de terra arrasada no campo. Como ponto mais negativo, citam a emenda apresentada pelo PMDB que anistia os produtores que desmataram ilegalmente até 2008. "Ela tira o ônus do agricultor que agiu errado e agora fica livre de pagar o preço do seu erro", lamenta Donato. "As anistias, na maior parte dos casos beneficiam quem desmatou demais sem estender este benefício para quem preservou o necessário", diz.

Donato volta suas esperanças ao Senado e ao governo, que propõe modificações. Gerd não acredita em mudanças. "Nós queremos dois anos de discussão. O líder do governo propõe 6 meses. Já é alguma coisa. É um tempo mínimo para a sociedade dialogar de verdade, sair desse clima de guerra e guerrilha e, ao final, eliminar "ideologias, achismos e paixão".



A discussão foi feita à margem de fatos e evidências, com predomínio de interesses setoriais, visões pontuais e discussão com base em exemplos e não efeitos globais

Gerd Sparovech,
professor da Esalq, da USP